



Expresso

23-03-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Política

Dimensão: 301 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 3/10

FOTO TIAGO PÉTINGA/EPA

a mão aos
professores...

... e reabre
guerra com os
magistrados
do Ministério
Público P14

Rio insiste na guerra ao MP

PSD formaliza proposta para que magistrados fiquem em minoria no Conselho Superior do Ministério Público

O PSD vai mesmo avançar com uma proposta para a alteração da composição do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), garantindo que aquele órgão seja controlado por uma maioria de membros de nomeação política. A proposta do PSD, que provocou a revolta dos magistrados do Ministério Público —acusam o partido de querer o controlo político da instituição—, será formalizada no início de abril, durante o debate da proposta do Governo para alteração do Estatuto do Ministério Público, em comissão parlamentar.

Fernando Negrão, líder parlamentar social-democrata, confirmou ao Expresso que a ideia de Rui Rio para que passe a haver uma maioria de não-magistrados no CSMP é mesmo para formalizar, apesar de não contar com o apoio declarado de nenhum outro partido. “Na hora da votação, veremos como as coisas se alinham”, diz, de forma algo enigmática. No grupo parlamentar do PSD há quem admita a abertura do PS, mas os socialistas não mudam um centímetro em relação à posição já assumida pelo Governo: não estão disponíveis para alterar a composição do CSMP. “A posição do PS mantém-se. Votaremos contra a proposta do PSD, obviamente”, diz ao Expresso Filipe Neto Brandão, vice-presidente do grupo parlamentar.

A iniciativa do Executivo não mexe na composição do órgão que tem por tarefa a gestão e disciplina dos magistrados do Ministério Público, e tanto a ministra da Justiça como o primeiro-ministro já recusaram a ideia de Rui Rio. O líder social-democrata entende que um funcionamento mais transparente da justiça passaria por “uma presença muito maior da sociedade” no CSMP. Por “sociedade”, entenda-se uma maioria de membros designados pela Assembleia da República, pelo ministro da Justiça e pelo Presidente da República.

FILIPE SANTOS COSTA
com M.S.C.

fsocosta@expresso.impresa.pt